

Notas e informações

Os juros e as eleições

No auge da campanha contra o ministro Roberto Campos, o presidente Castello Branco aproveitou a oportunidade de entrevista à imprensa para declarar a quem quisesse ouvir — inclusive o governador Carlos Lacerda — que a política do ministro do Planejamento era dele, presidente da República. Vinte e um anos passados, assiste-se a cena confrangedora: diante da campanha que se move contra o presidente do Banco Central e a política monetária em curso, o ministro da Fazenda vem a público dizer que é ele o responsável por essa política e que ela não será alterada. Enquanto isso, o Planalto ouve economistas e industriais...

Não é a pessoa do presidente do Banco Central que está em jogo, disso todos estão certos. O que se almeja com os rumores acerca de sua demissão e a campanha orquestrada contra a decisão de manter-se a política atual no tocante à taxa de juros é impedir que o ministro Dornelles execute sua decisão, longamente amadurecida, de eliminar o déficit do Tesouro Nacional mediante, *prioritariamente*, o ataque à causa fundamental do déficit público que é o déficit das estatais. Em suma, voltam ao debate os grandes temas da *Velha República*, o mais importante dos quais é a estatização da economia.

Desta vez, a batalha parece decisiva. Consequentemente, seria bom que disso se convencessem todos aqueles que desejam ver instaurado no Brasil um regime em que os grupos sociais são autônomos e em que a liberdade de empreender é a norma. Decisiva, dizemos, porque o ministro Francisco Dornelles está convencido de que o fulcro da questão "democracia ou ditadura" está na dependência da capacidade de o Estado diminuir o tamanho de seu braço empresarial, de não consentir em acompanhar a vontade dos oligarcas e de poder jugular a inflação mediante redução das despesas. A campanha contra as taxas de juros, iniciada na Secretaria do Planejamento e dirigida de São Paulo, é apenas uma manobra diversionista para esconder o choque principal, que é manter praticamente intocável o domínio das estatais na economia.

A dificuldade da batalha que o ministro Dor-

nelles está travando decorre do fato de terem seus adversários conseguido elucubrar tese mobilizadora da opinião, porque de fácil digestão e poder de sedução. Durante o governo Figueiredo, não foi tarefa simples convencer amplos setores empresariais de que a taxa de juros decorria do déficit público, vale dizer das estatais. Agora, quando era quase unânime o sentir dos empresários a esse respeito, o ministro-chefe da Seplan argumenta em sentido contrário e reacende o debate, esperando ter a seu lado boa parte dos empresários, especialmente aqueles para os quais a palavra "juro" provoca urticária. Os argumentos técnicos contra essa proposta empresarial-populista os expusemos em nosso editorial econômico de ontem. Hoje, o que desejamos é mostrar o risco político que corre o projeto democrático se a tese Sayad for vitoriosa e se o ministro Dornelles, por falta de decisão da Presidência da República, tiver de ceder em sua vontade política de controlar as empresas estatais.

A proposição da Seplan — reduzir as taxas de juros ainda que ao risco de aumentar a emissão de moeda para cobrir o déficit público — é populista, vale dizer, enganosa e atraente. Por sé-lo, é tese política prenhe de consequências. A primeira delas, não temos a menor dúvida, é aumentar a inflação pela expansão da base monetária. A segunda é não diminuir como necessário as despesas do setor público, nem que para isso sejam atingidos interesses do setor privado. Diga-se a esse propósito, aliás, que grandes empresas que colocavam a maior parte de suas encomendas junto ao setor público já se convençeram da necessidade de diversificar suas linhas de produção, ou de clientes, a fim de alcançar maior liberdade empresarial. A terceira, e é sobre ela que desejamos deter-nos, é que, em consequência da não-redução das despesas a níveis compatíveis com a crise do Tesouro, se manterá a mesma estrutura de pessoas, ou seja, o esquema oligárquico que dominou a *Velha República* desde o presidente Geisel, para não retroceder ainda mais.

O drama brasileiro é que a esquerda condena teoricamente um modelo econômico que rea-

liza suas teses e fornece empregos para muitos de seus adeptos. Onde a oligarquia (para não falar na Comunidade de Informações) irá cevar seus quadros subalternos se as empresas estatais perderem a grande fonte alimentadora de sua ineficiência que é o Tesouro Nacional? Onde os amigos, os parentes e os amigos dos parentes e os parentes dos amigos poderão encontrar empregos que se transformarão em votos? A questão eleitoral não pode ser dissociada de tudo o mais que se discute e se procura resolver neste país em que os políticos estão preocupados com sua reeleição em 1986, e o presidente da República não sabe como decidir entre políticas contrárias.

No próximo ano será eleita a Assembleia Nacional Constituinte, que deverá decidir em que tipo de regime econômico e social havaremos de viver. Como será possível à esquerda e aos estatizantes abrir mão das posições que ocupam no aparelho de Estado, nem que seja ao lado da Comunidade de Informações? Para a manutenção dessas posições é necessário assegurar-se de que o ministro Dornelles não tenha força política nem condições econômicas de reduzir a presença do Estado na economia. E de Engels — perdoem-nos beber nesta fonte — a afirmação segundo a qual, ao nacionalizar as estradas de ferro da Prússia, Bismarck tivera em vista subtrair o controle do orçamento delas do Congresso (o que se faz no Brasil), atender a seus fins estratégicos e criar um *gado eleitoral* à disposição do Estado. Não é isso, exatamente, o que a oligarquia deseja manter, os seus currais eleitorais e seus lugares de ceva?

Essas coisas banais necessitam ser ditas para que os que sonham com a redução das taxas de juros mediante um passe de mágica do Banco Central percam ilusões. O caminho de combate à inflação é longo e penoso. Parece ter sido reiniciado agora com mais disposição do que no passado. Seria doloroso o triunfo do populismo-empresarial do ministro Sayad, pois amanhã os empresários se dariam conta de que pagaram menos juros para alimentar a oligarquia e perder, primeiro, a liberdade de empreender, e, depois, a liberdade de escolher seus representantes na Constituinte.